

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANA LILIAN MAIA COSTA

535358

**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E
ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO
VENEZUELANA**

BOA VISTA

2022

ANA LILIAN MAIA COSTA

**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E
ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO
VENEZUELANA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Esp. Silvana Moreira
Ribeiro Chalcoski

BOA VISTA

2022

ANA LILIAN MAIA COSTA - 535358

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 27 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Esp. Silvana Moreira Ribeiro Chalcoski - UNINTER

Professora Me. Raquel Barcelos de Araújo - UNINTER

Professora Esp. Marcia de Mattos Fonseca - UNINTER

Dedico esse trabalho a todos os envolvidos no serviço humanitário brasileiro, o qual realizam seu mister com dedicação e empatia, assim como aos imigrantes e refugiados venezuelanos que tive a satisfação de conhecer.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente tenho que agradecer a Deus, pela oportunidade de está realizando um sonho de conseguir a tão almejada graduação em Serviço Social.

Em especial, aos meus pais, que não tiveram a oportunidade de ter uma formação superior, mas sempre incentivaram seus dois filhos a estudar e lutar em busca do que deseja.

Não poderia deixar de agradecer ao meus esposo, Eden, que sempre me apoiou e contribuiu para o meu crescimento profissional. Ao meu filho, João Henrique, que muito me ensinou a evoluir como pessoa e mesmo pequeno, já compreende a importância dos estudos.

Não poderia deixar de agradecer a minha supervisora de campo do estágio supervisionado Silvia Francineth Tavares Nascimento, que possui vasta experiência e sempre com humildade soube transmitir seu conhecimento, zelando pelo cuidado e empatia para com os beneficiários da Fundação.

Estendo meus elogios também a Gisele Felipe Pinto, orientadora da graduação em Serviço Social do polo presencial em Boa Vista, que sempre estava disposta a contribuir para o enriquecimento acadêmico com sugestões de leituras e orientações.

Gostaria de deixar registrado meu agradecimento aos colaboradores da Fundação Fé e Alegria do Brasil: José, Marielys, Silvany, Suzana, Raquel, Daniele e aos demais que possa ter esquecido de mencionar, pela colaboração com a pesquisa de campo na Casa de Passagem Pe. José María Vélaz e conseqüentemente o surgimento deste trabalho acadêmico.

Por último, mas não menos importante, deixo meu agradecimento a minha amiga de longa data, Rosiane que sempre esteve presente em todos os momentos.

Enfim, deixo meu agradecimento a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa caminhada.

a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas

IAMAMOTO (2009, p.16)

RESUMO

A presente monografia denominada “**O serviço de acolhimento em casa de passagem na Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista no enfrentamento à migração venezuelana**” é fruto da experiência vivenciada na Casa de Passagem Pe. José María Vélaz durante o processo de formação no Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional Uninter, o qual fez refletir sobre os desdobramentos da questão social no processo migratório. Este trabalho propõe discutir o processo de imigração venezuelana ao Brasil, assim como os Serviços Assistenciais oferecidos pela Fundação Fé e Alegria do Brasil na cidade de Boa Vista-RR, na proteção especial, por meio do acolhimento em Casa de Passagem. O procedimento metodológico da pesquisa apoiou-se no posicionamento crítico histórico-dialético, no suporte teórico da questão social e na política de assistência social. Para a pesquisa utilizou-se o levantamento bibliográfico, documental da Fundação e entrevistas livres com funcionárias da Casa de Passagem. No que se refere ao resultado do estudo, primeiramente buscou-se demonstrar que esse fluxo migratório é resultado do Sistema Imperialista. Posteriormente foi feita uma análise dos direitos socioassistenciais garantidos pela Constituição de 1988 e uma análise de sua aplicabilidade aos imigrantes. De certo, ficou evidenciado o relevante trabalho das ONG's, especialmente da Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista que desde o ano de 2018 tem trabalhado em diversas frentes para minimizar os impactos da imigração e auxiliar essas famílias no processo de interiorização.

Palavras-chave: Imigração. Venezuelanos. Casa de Passagem.

RESUMEN

Esta monografía llamada **"El servicio de recepción de la casa de paso en la Fundación Fe y Alegría de Brasil en Boa Vista frente a la migración venezolana"** es el resultado de la experiencia vivida en Casa de Passagem Pe. José María Vélaz durante el proceso de formación en el curso de Licenciatura en Trabajo Social en el Centro Universitario Internacional Uninter, que reflexionó sobre las consecuencias del tema social en el proceso migratorio. Este trabajo propone discutir el proceso de inmigración venezolana a Brasil, así como los Servicios de Asistencia ofrecidos por la Fundación Fe y Alegría de Brasil en la ciudad de Boa Vista-RR, en protección especial, a través de la recepción en Casa de Passagem. El procedimiento metodológico de la investigación se basó en el posicionamiento crítico histórico-dialéctico, el soporte teórico de la cuestión social y la política de asistencia social. Para la investigación, se utilizó la encuesta bibliográfica, documental de la Fundación y entrevistas gratuitas con empleados de la Casa de Passagem. No que se refiere a los resultados del estudio, primero buscó demostrar que este flujo migratorio es resultado del Sistema Imperialista. Posteriormente, se realizó un análisis de los derechos de asistencia social garantizados por la Constitución de 1988 y un análisis de su aplicabilidad a los inmigrantes. Ciertamente, se evidenció el trabajo relevante de las ONG, especialmente la Fundación Fe y Alegría de Brasil en Boa Vista, que desde 2018 ha estado trabajando en varios frentes para minimizar los impactos de la inmigración y ayudar a estas familias en el proceso de internalización.

Palabras clave: Inmigración. Venezolanos. Casa de Paso.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Serviços ofertados pela Fundação em todo o Brasil	33
TABELA 2	Ações de combate a covid-19 em todo o Brasil	34
TABELA 3	Atendimentos da Fundação em Boa Vista	36
TABELA 4	Público atendido em Casa de Passagem no ano de 2021	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Organização das Nações Unidas para Refugiados
CF	Constituição de Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
<i>CONARE</i>	<i>Comitê Nacional para os Refugiados</i>
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FGV DAPP	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas
FyA	Fundação Fé e Alegria do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
JMV	Casa de Passagem Pe. José María Vélaz
LGBTI	Movimento que luta pelos direitos dos homossexuais e outros
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
<i>OBMigra</i>	<i>Observatório das Migrações Internacionais</i>
OIM	Agência da ONU para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSE	Proteção Social Especial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	QUESTÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO.....	14
2.1	QUESTÃO SOCIAL: BREVE HISTÓRICO.....	14
2.2	CRISE VENEZUELANA E A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL.....	17
2.2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO	
	VENEZUELANA.....	20
3	O TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO ASSISTENCIAL.....	23
3.1	USUÁRIOS IMIGRANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
3.2	PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO VENEZUELANA...29	
4	FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL: SUAS CONTRIBUIÇÕES NO	
	ENFRENTAMENTO À CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA.....	32
4.1	HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL.....	32
4.2	A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO	
	BRASIL.....	35
4.2.1	INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CASA DE PASSAGEM	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A – ATA DE INGRESSO EM CASA DE PASSAGEM.....	45
	APÊNDICE B – ATA DE SAÍDA DE CASA DE PASSAGEM	46
	ANEXOS.....	48

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia denominada “O serviço de acolhimento em casa de passagem na Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista no enfrentamento à migração venezuelana”, esse tema surgiu como reflexo da experiência de estágio obrigatório curricular do curso de serviço social realizado na Casa de Passagem Pe. José María Vélaz, instituição pertencente à Fundação Fé e Alegria do Brasil na cidade de Boa Vista-RR.

O problema enfrentado pelo grande fluxo migratório venezuelano em Roraima e seus reflexos na cidade de Boa Vista (pessoas em situação de rua, falta de documentação, mendicância, aumento da violência, etc) , contribuíram para a chegada de várias Instituições da Sociedade Civil e da Operação Acolhida do Governo Federal com o fim de prestar auxílio humanitário e minimizar esses impactos aos imigrantes e a sociedade local. Como a Promoção Social da Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista tem contribuído para minimizar os impactos da migração venezuelana?

O objetivo geral do trabalho é discutir as expressões da questão social no processo de imigração dos venezuelanos e as ações desenvolvidas pela Fundação Fé e Alegria do Brasil para mitigar essa realidade.

O objetivo específico do projeto de pesquisa foi refletir sobre as expressões da questão social para a população imigrante venezuelana; Verificar o alcance das políticas públicas e as ações das ONG's para com os imigrantes venezuelanos; Conhecer o trabalho desenvolvido pela Fundação Fé e Alegria do Brasil com o público imigrante venezuelano na cidade de Boa Vista-RR em especial, o projeto de acolhimento em casa de passagem.

Esse trabalho tem como proposta discutir sobre o trabalho humanitário que a equipe do Serviço Social desenvolve na Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista, a partir do acolhimento em Casa de Passagem venezuelanos em processo de interiorização.

Essa pesquisa busca revelar e debater essa problemática recente da imigração venezuelana e seus desdobramentos na cidade de Boa Vista, assim como, propomos aprofundar nossa pesquisa no acolhimento institucional oferecido

ao público imigrante em processo de interiorização, assim como observar os impactos positivos que essa ação traz aos seus beneficiários e a sociedade boavistense.

Importante destacar que a cidade de Boa Vista é a porta de entrada para os imigrantes e refugiados venezuelanos. Segundo Brasil (2020, p.2) foram registrados 889.859 atendimentos entre os anos de 2018 a 2020 pela Operação Acolhida.

O artigo 203 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, bem como a Lei de Migração preconiza o acesso às políticas públicas por meio de um regime de cooperação nacional entre Estados e Municípios, com participação de diversos organismos nacionais e internacionais, sociedade civil e complementarmente por ações da iniciativa privada, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social-PNAS.

Nessa pesquisa foi utilizado o método dedutivo, conforme Gil (apud PRODANOV, 2013, p.15) o estudo parte de princípios conhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Sendo assim, iremos partir de uma análise de problemas gerais, a imigração venezuelana em Roraima, para o particular, a contribuição da Assistência Social da Fundação Fé e Alegria do Brasil na transformação da realidade de várias famílias venezuelanas assim como a realidade local da cidade.

A pesquisa de campo foi realizada na Casa de Passagem Pe. José María Vélaz no período de outubro de 2021 a abril de 2022. Nesta fase foram realizados estudos e tabulação de dados quantitativos, demonstrados em tabelas. Assim como o método qualitativo, pois durante esse processo com a observação participante e o diálogo com funcionários e os beneficiários foi possível a partir das falas dos sujeitos compreender a importância do serviço prestado a essas famílias imigrantes.

No Capítulo 1, QUESTÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO, buscou-se contextualizar as expressões da questão social do serviço social como uma causa para impulsionar o processo migratório que vem acontecendo com a população venezuelana para o Brasil. Nesse mesmo capítulo, é explanado de forma sucinta a crise econômica e social venezuelana e processo de debandada para outros países, como em especial

para o Brasil. Dando continuidade ao tema proposto, também é analisado as políticas públicas para a imigração e toda a logística do governo juntamente com os parceiros do Terceiro Setor para garantir os direitos humanos previsto nos acordos e tratados internacionais para a defesa e cuidado para com os imigrantes e refugiados.

No Capítulo 2, O TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO ASSISTENCIAL, é feito um apanhado sobre o Terceiro Setor e sua contribuição para o serviço assistencial. Discorrendo sobre a política neoliberal adotada no Brasil a partir de 1995 no governo de FHC, onde se discute essa diminuição do Estado e a expansão das ONG'S para ocupar essa ausência estatal, que fica de longe a observar as expressões da questão social. Dentro desse contexto, adentramos na realidade local em que o serviço assistencial é voltado ao público de migrantes e refugiados. Essas políticas são universais, segundo o PNAS e deve ser estendida aos imigrantes sem qualquer distinção. Em Roraima o Governo Federal juntamente com outras instituições não governamentais criaram uma força-tarefa, Operação Acolhida, para minimizar os impactos negativos da migração, assim como realocar essa população de forma ordenada em todo o país, esse deslocamento é chamado de interiorização.

No Capítulo 3, o tema FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL: SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CIDADE DE BOA VISTA, traz o histórico dessa Fundação que atua no Brasil há mais de quarenta anos, com ações de Promoção Social e Educação Popular, voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. Em Boa Vista ela inicia seus trabalhos no ano de 2018 com o intuito de atender a demanda ocasionada pela migração venezuelana na cidade de Boa Vista, onde suas ações são realizadas em várias frentes como o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com atividades para crianças e adolescentes, ajuda humanitária a famílias vulneráveis pela imigração e pela pandemia de covid-19 (cestas básicas, cartão alimentação, itens de higiene), projeto de geração de renda e empreendedorismo, assim como o acolhimento em casa de passagem.

2 QUESTÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO

Neste primeiro capítulo, tem-se a intenção de conhecer e discutir sobre a problematização da questão social na ótica do Serviço Social e observar que seus reflexos também estão presentes nas migrações, sejam elas nacionais ou internacionais.

Considerando todo o contexto os quais os imigrantes e refugiados venezuelanos estão inseridos, na garantia de direitos sócioassistenciais pela política brasileira por meio da Assistência Social, acreditamos ser indispensável realizarmos um debate sobre as expressões da questão social.

Esse movimento de acumulação de riquezas e exploração da força de trabalho não se limita aos territórios nacionais e ultrapassam fronteiras, como o ocorrido entre Brasil e Venezuela. Esse movimento imperialista, dita as regras do mercado, diminui a presença do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e reprime a sociedade insatisfeita, como acontece com os venezuelanos hoje, gerando uma saída vultuosa de pessoas da Venezuela em busca de melhores condições de vida em vários países da América Latina, inclusive o Brasil.

Diante de um cenário de intensa imigração o serviço de assistência social é demandado a se fazer presente na garantia de direitos e a intervir para minimizar os problemas apresentados, como aconteceu de forma intensa nos últimos anos no Estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela.

2.1 A QUESTÃO SOCIAL: BREVE HISTÓRICO

O capitalismo começa a se desenvolver no século XVI, momento em que a organização feudal entra em decadência, os camponeses expulsos de suas terras migram para as cidades e se tornam mão de obra abundante para as manufaturas burguesas. Nesse momento, surge a divisão do trabalho dentro das oficinas, logo depois, esse modelo é superado pelo maquinário, dando início à industrialização.

Foi, contudo, no período da Revolução Industrial, que a ideia da desigualdade social ser vista como um fato natural, aceitável e até mesmo

inalterável, foi desconstruída. Quanto a isto, muito se deve às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels (CASTELO, 2010, p.87).

Nesse momento histórico faz surgir a figura imponente da classe burguesa, alicerçada na exploração da mão de obra da classe trabalhadora e nos avanços dos processos de produção, vem acompanhada pelos períodos políticos, essa classe foi sempre se reinventando em busca de novos mercados e se mantendo no poder até os dias de hoje. Para os estudiosos Marx e Engels (1948, p.12) a burguesia trouxe mudanças nas relações sociais, nos instrumentos de produção e de consumo, sendo: “tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

O capitalismo é um sistema econômico alicerçado na propriedade privada dos meios de produção para a acumulação de lucro por parte do dono dos meios de produção. Ao trabalhador assalariado cabe ofertar sua mão de obra à produção capitalista, tornando-se um trabalhador assalariado. A partir da junção da propriedade dos meios de produção com a compra da força de trabalho se cria a produção capitalista:

[...] Somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas — somente quando foram separados desses meios de produção — é que procuram trabalhar para outra pessoa. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupa e abrigo, de que necessitam para viver. Destituídos dos meios de produção, não têm escolha. Devem vender a única coisa que lhes resta -sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho (HUBERMAN, 1936, p.175).

O Capital se materializa pelos meios de produção e a força de trabalho empregada nela. O trabalho é importante, pois é a partir dele que o homem modifica a natureza e se modifica também. Contudo, no momento que o trabalho ganha um caráter social, a sua produção é para as necessidades dos demais, e não existe um reconhecimento no que foi produzido, o trabalho passa a ser alienante e não edificante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001.p.23).

O produto da produção capitalista é um sobrevalor maior do que anteriormente aplicado, o qual possui mais valor de troca e trabalho excedente – não pago – que se pode chamar de mais-valia. Logo, conclui-se, “o que move o capital é

a busca por lucros, ou seja, a extração do máximo de mais-valia” (BEHRING, 2000, p.17).

Ainda no século XIX os operários começaram a se organizar para buscar melhores condições de vida. As fábricas passaram a ser inspecionadas a partir de 1845 e as lutas dos operários ganharam fôlego surgindo os sindicatos, que logo mais evoluíram aos partidos políticos, trazendo para fora das periferias os problemas enfrentados por eles, e nesse contexto surge a questão social (CASTELO, 2010,p.12).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 77).

Essas reivindicações da classe operária começam a ser políticas, tornando-as mais eficaz, contudo não excluem que “a burguesia use as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la” (COUTINHO, 1999, p. 51).

A ‘questão social’ emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando o proletariado, então liderado pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (CASTELO, 2010, p.90).

Como vimos, a questão social não é um fenômeno recente, ela é oriunda das transformações no mundo do trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. O termo questão social passou a ser utilizado para designar os impactos da “exploração capitalista no início da era burguesa” (CASTELO, 2010, p. 90), representado no pauperismo dos trabalhadores e nos desdobramentos sociopolíticos da época.

Segundo NETTO (2011, p. 154), “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social” . Por conseguinte, o capital empurra as pessoas em busca de um lugar melhor, o que levou muitos operários a migrarem em busca de uma vida melhor, assim:

A formação das cidades, espaço inicial do desenvolvimento capitalista, foi mais diretamente produto das migrações internas do campo às cidades que do crescimento vegetativo da população nestas últimas. A concentração nas cidades de maiores contingentes populacionais foi vital para o processo de

formação da classe trabalhadora e da 'grande transformação' característicos (sic) da criação histórica da grande indústria moderna (MAGALHÃES, 2011, p.416)

Esta concentração populacional é inseparável do mercado capital, pois existem forças econômicas que impulsionam o processo de deslocamentos. Segundo Barbosa (2017), no contexto da análise marxista em relação aos deslocamentos (migração), há três direcionamentos: “a teoria do valor do trabalho, a relação inversa entre lucro e salários no modo de produção capitalista e a necessidade do serviço de reservas [exército de reserva] e da força de trabalho produtiva nas economias capitalistas” (Ibid, p. 145).

2.2 CRISE VENEZUELANA E A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL

A atual crise da Venezuela está inserida em um contexto político-econômico decorrente de um histórico de dependência do mercado internacional do petróleo. Principalmente na transição dos governos de Chávez para o de Nicolás Maduro, tendo em vista, a queda do preço do barril de petróleo, trazendo diminuição da capacidade de produção de bens e serviços.

Essa queda nos preços, trouxe consequências negativas ao produto interno bruto (PIB) do país o que limitou o acesso à população aos bens essenciais, essa crise econômica gerou um ambiente inseguro e incerto, com sérios problemas de poder de compra da população, o qual conhecemos como inflação, gerando uma saída em massa para os países vizinhos, como o Brasil, em busca de melhores condições de vida.

Nesse contexto de mobilidade, que é natural do homem, migrando sempre que vê necessidade, seja por contextos de guerra, insegurança, desemprego, para estudo, por fome, perseguição política, etc.

Nesse momento, se faz necessário a definição do conceito de migrante (imigrante e emigrante). Assim, imigrante é denominado como:

a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil e o emigrante é o brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior (JARDIM, 2017, p.33).

Importante ressaltar que os migrantes ainda mantêm a proteção de seu país de origem, podendo retornar a qualquer tempo quando desejarem.

Neste contexto, outros termos também são utilizados para definir pessoas em deslocamento, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados são:

Refugiados: estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

Solicitantes de refúgio: alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.

Deslocados internos: são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado.

Apátridas: são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, tais como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

Retornados: refugiados e solicitantes de refúgio que retornam voluntariamente a seus países de origem (ACNUR, 2018, p.8, grifo nosso).

Ao chegarem ao Brasil os venezuelanos solicitam refúgio ao Governo Federal brasileiro, segundo a nova Lei de Migração, essas pessoas são sujeitos de direitos, assegurados tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no direito internacional.

Sabemos que a violação dos Direitos Humanos impulsionam as pessoas a abandonarem seus lares, sendo “o respeito e vigência dos direitos humanos nos países de origem é a melhor maneira de prevenir os deslocamentos forçados de pessoas” (PITA, 2016, p. 7).

No Brasil, no ano de 2017 temos um importante marco para a Lei de Imigração, entra em vigor a Lei 13.445, que trouxe uma visão humanista e passou a enxergar o estrangeiro com outros olhos. Nesse momento foi revogado o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980), que era carregada de estigma, onde o estrangeiro era visto como uma ameaça à segurança nacional.

A nova lei de imigração foi forjada em um cenário de muita participação, pois estavam presentes a sociedade civil por meio da I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar) de 2014, a Secretaria de Assuntos Estrangeiros

(SAE) que buscava a mudança da lei almejando um aumento na esfera do trabalho qualificado, e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) que pretendia garantir o acesso a direitos dos imigrantes (OLIVEIRA, 2017).

Permacene ativo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado em 13 de agosto de 1980, para desenvolver as ações voltadas aos assuntos relativos aos imigrantes no Brasil. Ele é composto por 20 membros (representantes do governo federal, dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil) e suas funções são:

a) formular a Política de Imigração Laboral; b) coordenar e orientar as atividades de imigração; c) efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário; e d) Promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração (BRASIL, 2019, on-line).

A Constituição Federal brasileira vigente tem como princípio a dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, onde as ações de refúgio são pautados por meio do princípio da precaução humanitária, corolário desse princípio. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, gozam dos direitos fundamentais, sem distinção de qualquer espécie.

Considerando um ambiente pós Segunda Guerra Mundial com muitos deslocamentos humanos, a ONU em 1950 sentiu a necessidade de criar uma instituição para cuidar dessas questões, então, criou a agência para refugiados, ACNUR, iniciando suas atividades em 1951. (ACNUR, 2018).

O trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados se declara como não tendo caráter político [...]. Essa postura de “neutralidade política” é o que tem sido utilizada para possibilitar o trabalho do ACNUR e sua intervenção nos conflitos armados. Contudo, isso, tem sido questionado por estudiosos da expressão do refúgio, entre os quais podemos destacar: Fridjof Nansen e James McDonald, considerando que o trabalho do ACNUR, como um órgão subsidiário da ONU, está sujeito ao controle formal da sua Assembleia Geral, que nunca pode ser totalmente independente dos órgãos políticos das Nações Unidas (BERNARDON, 2009, p.23).

A Declaração de Cartagena, 1984, foi um marco importante para os países da América Latina, pois criou “um vínculo claríssimo entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional de Refugiados” (PITA, 2016, p.8),

ampliando o alcance da Convenção das Nações Unidas de 1951 e do Protocolo de 1967. A declaração de Cartagena ampliou o conceito de refugiado, criando a violação generalizada de direitos humanos e a perturbação da ordem pública.

Em 1997, foi sancionada pelo presidente FHC a Lei 9.474 que possibilitou um novo tempo em segurança jurídica e acesso a direitos aos refugiados com a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

O CONARE representou a plena assunção, pelo Estado brasileiro, de todo o procedimento de análise da solicitação de refúgio, bem como da política de proteção e apoio aos que forem considerados refugiados. Compete ao CONARE analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como decidir pela cessação e perda (RAMOS, 2017, p.281).

Os venezuelanos que chegam ao Brasil, podem ser considerados refugiados, a Declaração de Cartagena é o suporte jurídico necessário para sua permanência.

2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: PARA QUEM DELA NECESSITAR

Com a Constituição de Federal de 1988 (CF) a Assistência Social ganhou *status* de política pública e trouxe consigo a esfera da Seguridade Social¹ fortalecendo a proteção social².

Considerando que a elite brasileira não viu com bons olhos a ampliação dos direitos sociais, de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010,apud ROCHA, 2020,p. 71), a Seguridade Social brasileira possui algumas características nesse cenário neoliberal:

- 1) focalização e seletividade das políticas públicas de tendências compensatórias; 2) surgimento do cidadão consumidor e do cidadão pobre, pois a orientação é para “comprar” a saúde e a previdência, e apenas “enquadrar” o pobre nos parâmetros da linha da pobreza; 3) o Estado passa

¹ A Constituição Federal de 1988 traz em sua capítulo II, artigo 194 que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

² Segundo Jaccoud (2009, p. 58) proteção social é “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

a contar com novos atores para executar programas e projetos na área social: voluntários, empresa socialmente responsável, dentre outros; 4) novas categorias que, de forma estanque, explicam e estruturam as políticas, porém, não são capazes de dar concretude à análise da realidade, pois são usadas de maneira simplórias, como por exemplo: território, comunidade, relação entre inclusão e exclusão, dentre outros e; 5) a falta de integração entre a Assistência Social e as políticas de intervenção em relação ao mercado de trabalho. (MOTA, MARANHÃO e SITCOVSKY, 2010 apud ROCHA, 2020,p.71-72)

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993 – surge para regulamentar e organizar a assistência social como política social.

[...] inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução dessa política. Tendência ambígua, de inspiração neoliberal, mas que contraditoriamente pode direcionar-se para os interesses de seus usuários. (YAZBEK apud ROCHA,2020, p.74)

Em 2004, surge a Política Nacional de Assistência Social - PNAS que deu materialidade a LOAS, trazendo características socioterritoriais e gestão compartilhada onde: “as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004, p.15).

Segundo, Couto, Yazbek e Raichelis (2017), o PNAS trouxe a intersetorialidade (articulação entre políticas públicas), abordagem territorial, proteção social (Básica e Especial), matricialidade sociofamiliar, seguranças, financiamento, informação (monitoramento e avaliação) e Recursos Humanos (o Assistente Social).

O usuário diante de sua condição e vivência é encaminhado a um tipo de proteção social, podendo ser a básica ou especial. Então, a porta de entrada dos serviços se dará segundo essas particularidades.

Quanto à proteção social especial -PSE: é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e,

ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p.37).

Nessa modalidade de atendimento por vezes, há o trabalho em rede com instituições como o Poder Judiciário e Ministério Público, esse atendimento é dividido em média e alta complexidades para que suas intervenções respondam, conforme o nível de agravamento de cada situação às demandas. Os serviços são ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.

Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2017), a proteção social especial de média complexidade é oferecida quando os direitos dos beneficiários, de alguma forma, já foram violados, no entanto, os vínculos (familiar e comunitário) permanecem inalterados, necessitando de acompanhamento técnico. Os serviços oferecidos nessa modalidade são:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação, Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2005).

Conforme Couto, Yazbek e Raichelis (2017), a proteção social especial de alta complexidade atende o beneficiário integralmente, pois há necessidade de afastamento do convívio familiar e/ou comunitário, onde, requer moradia, alimentação, etc. Os serviços são:

Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e Trabalho protegido. (BRASIL, 2005, p. 52)

Todas essas demandas, conforme o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, são de gestão compartilhada e estruturou os serviços, enfatizando a participação dos entes federativos, trabalhadores e sociedade civil em uma rede hierarquizada, idealizada na LOAS.

A Assistência Social ampliou suas ações socioassistenciais, em meio ao aumento do deslocamento de venezuelanos vindo ao Brasil em busca de refúgio, visto que ela preconiza a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem

discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais em um parâmetro de garantias, contemplando as seguranças cobertas pela Política Nacional de Assistência.

Considerando o crescente aumento de pessoas desabrigadas, foi indispensável a união de esforços para priorizar a expansão da rede de serviços de acolhimento, seja de adultos desacompanhados ou famílias em suas diversas composições, destacando que a maioria das famílias são numerosas. Esse acolhimento, faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, garantindo as necessidades básicas do ser humano, como o abrigo, alimentação, segurança, privacidade, manutenção de um ambiente familiar e comunitário, respeito aos costumes e tradições.

3 O TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO ASSISTENCIAL

A política neoliberal trouxe com ela mudanças significativas também na Assistência Social, visto que, o Estado se retrai e prega uma bandeira de modernizar a gestão estatal. Com isso, vimos além dos cortes nas áreas sociais, presenciamos as privatizações e a descentralização administrativa. A partir dos anos de 1995 no Brasil por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.

[...] Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p. 6).

Assim surge o modelo de Administração Gerencial, a qual, busca:

a) definição precisa dos objetivos que o administrador público deve atingir em sua unidade; b) a garantia da autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; c) a cobrança a posteriori dos resultados; d) a descentralização; e) a permeabilidade aos anseios da sociedade; f) a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos; g) a ênfase nos resultados alcançados, mais do que nos processos internos (TEIXEIRA, 2009, p.12).

Nesse novo modelo temos as atividades exclusivas e as não exclusivas do Estado e a produção de bens e serviços para o mercado. As organizações do

terceiro setor, ou seja, a sociedade civil “seriam constituídas pela esfera privada, com a diferença de que esta buscaria interesses públicos” (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009, p. 140).

Segundo Montaño(2003, p. 10), esse modelo vem para responder às novas expressões da questão social no processo de reestruturação do capital, como forma de tirar a responsabilidade do Estado e direcionar à família, à comunidade e ao setor privado o provimento do bem-estar social. Restando ao Estado “um papel de coordenador suplementar das políticas públicas” (BEHRING apud PINHO JUNIOR, 2016, p. 245).

Nesse novo modelo, o qual o Estado passa a acompanhar “à distância” a preservação das expressões da questão social e tenta passar essa responsabilidade ao terceiro setor, vimos que essa não consegue dar resposta a todas as demandas, haja visto que suas ações estão, conforme Montaño (2003,p.195), em “microespaços isolados”, com ações pontuais e muitas vezes desconexas com outras políticas.

A Política Nacional de Assistência Social, identifica dois papéis da sociedade civil enquanto partícipe de suas ações: primeiro como controle social “enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão políticoadministrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado” (BRASIL,2005,p.51); e segundo como parceira “na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios” (Ibid, p.47). Destarte, o estudo será direcionado para a melhor compreensão das OSCs como parceiras nas ações da política de assistência social.

A LOAS destaca em seus artigos que:

Art. 3º. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social: XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

A resolução Nº 21 de 2016 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), estabelece como essa parceria é celebrada, observando também a Lei nº 13.019, de 2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), a qual estabelece “o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público [...]” (BRASÍLIA, 2016, p. 67).

Para a inscrição no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), há a necessidade de preenchimento e atendimento de alguns critérios, que essa instituição seja classificada como entidade/organização de assistência social, faça a inscrição no Conselho Municipal ou do Distrito Federal e estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

A inscrição no Conselho de Assistência Social é regulamentada pela Resolução nº 14 de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social. Essa resolução descreve as entidades conforme sua atuação, podendo serem isoladas ou cumulativas de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos. Conforme o artigo 3º da LOAS (1993, p. 1):

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18. § 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. § 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

Importante destacar, que apenas o PAIF e o PAEFI são exclusivamente desenvolvidos pelo Estado no CRAS e no CREAS, os outros serviços discriminados

na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais podem ser realizados pela sociedade civil, porém, precisam ser autorizados no respectivo órgão responsável.

3.1 USUÁRIOS IMIGRANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal brasileira de 1988 trouxe uma mudança muito significativa no campo da Assistência Social, ela amplia os direitos sociais e institui a universalização, ou seja, agora ela amplia o seu público, ela será disponibilizada a quem dela necessitar.

Na LOAS há a garantia de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Já a PNAS essa proteção é ampla assim como traz na Constituição a definição de usuário:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Segundo SILVA (2014), o usuário da assistência social traz com ele um estigma histórico, uma herança conservadora que classifica como pobre, carente, necessitado, etc. Contudo, o usuário é àquele que faz parte de uma sociedade capitalista e sofre suas mais duras consequências.

A assistência social, a partir da PNAS identifica seus usuários no acesso às proteções (básica e especial) segundo a garantia ou violações de direitos: Risco social e Vulnerabilidade social. Tanto o risco como a vulnerabilidade possuem gradação, “os sujeitos podem ser mais ou menos expostos, mais ou menos atingidos” (SPOSATI, 2009 apud ALVARENGA, 2012, p. 64), justificando uma diferenciação de acordo com o destinatário.

A respeito do conceito de risco, Sposati (2009,p.23) faz uma correlação com vários campos que são geradores de risco no cotidiano das pessoas, os problemas de convivência familiar e comunitária, desastres da natureza, a intolerância e ou preconceito (etnias, gênero, orientação sexual e religião) e desigualdades socioeconômicas. Porém, o sistema capitalista como é posto, produz expropriações – natureza e homem, sustentado a continuidade das vulnerabilidades.

Sabe-se que todos nós estamos suscetíveis a riscos, contudo, a sua condição de vida vai mensurar como passar e como superá-las, parte-se da premissa que os riscos expõem às vulnerabilidades. Segundo o autor, é importante conhecer “as incidências, as causalidades, as dimensões dos danos para estimar a possibilidade de reparação e superação, o grau de agressão do risco, o grau de vulnerabilidade/resistência ao risco” (Sposati, 2009,p. 29).

Enfim, a universalidade afirmada pela Constituição Federal de 1988, diz que para ter acesso a política de Assistência Social basta dela necessitar, não sendo motivo de impedimento de acesso a localização ou nacionalidade do usuário, basta ser reconhecido como sujeito de direitos.

A instrumentalização da política de assistência social deve a partir do conceito de proteção integral desse migrante³, com ações integradas, evitando o isolamento e o messianismo. Com auxílio da intersetorialidade e do planejamento estratégico para a escolha de um direcionamento, os projetos tendem a ter resultados positivos.

Dentre inúmeras leis que buscam regulamentar a garantia e proteção à direitos como (Lei nº13.445/2017; Lei nº 9.474/1997; Lei nº 13.684/2018; Decreto nº9.285/2018; Decreto nº 9.286/2018 e a Medida Provisória nº 820/2018). A lei nº 13.684 de 2018 que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que tem o objetivo de:

Articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (BRASIL, 2018a, p. 1).

³ O termo migrante empregado se refere tanto ao imigrante quanto ao refugiado e também ao solicitante de refúgio.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o estrangeiro residente no país pode ter acesso a proteção básica do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A decisão⁴ foi fundamentada no artigo 5º da Constituição, que garante a igualdade dos direitos aos brasileiros e estrangeiros residentes.

Importante destacar, que o atendimento aos imigrantes e refugiados venezuelanos perpassa todos os níveis de proteção – básica e especial, de acordo com suas necessidades. Contudo, a proteção social especial é abordada com maior destaque, visto ser responsável pela disponibilização do serviço de acolhimento.

Diante o contexto da imigração venezuelana, a assistência social teve que ampliar suas ações socioassistenciais em Boa Vista. A Política Nacional de Assistência garante igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem quaisquer discriminação, às populações urbanas ou rurais.

Na cidade de Boa Vista, houve a necessidade de expansão do serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na forma de acolhimento institucional (abrigos, casa de passagem, aluguel social, etc), visto o grande número de pessoas desabrigadas e em situação de rua.

Na oferta desse serviço, há a garantia que as necessidades prementes sejam atendidas, evitando que os usuários fiquem em condição de rua e sujeitos a todo tipo de violência e pobreza absoluta. Na prestação desse serviço, os profissionais devem garantir um atendimento personalizado, com privacidade e respeito aos costumes e tradições de cada indivíduo ou família, favorecendo o convívio familiar e comunitário, assim como, favorecendo um espaço coletivo de trocas de experiências.

Esse serviço, consoante a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p.45) pode ser desenvolvido nas modalidades de abrigo Institucional, o qual o atendimento se dá em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto; E a Casa de Passagem, onde esse atendimento é oferecido em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários

⁴ O Recurso Extraordinário 587970 – STF, de 20 de abril de 2017.

ininterruptamente e realização de estudo diagnóstico para os encaminhamentos necessários.

3.1.1 PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO VENEZUELANA

Importante destacarmos, que os venezuelanos migrantes que chegam ao Brasil, possuem todas as garantias constitucionais, assim como, são amparados pela Declaração de Cartagena, sob orientação da ACNUR.

Segundo a ACNUR (2020), no Brasil chegou a ter 46 mil venezuelanos com pedido de refúgio, o maior número da América Latina. Importante observarmos que isso não são só números, são pessoas, que vêm ao Brasil com esperança e aspirações de dias melhores.

A questão primordial está em propor outro modo de relação com o estrangeiro. Por isso, é fundamental uma hospitalidade de encontro, uma ética do encontro. Isso não significa simplesmente “abrir” a fronteira, como parece exigir uma postura incondicional de oferta de hospitalidade, pois, de fato, uma fronteira nunca está realmente aberta ou fechada. O ponto é que, em uma rotação de perspectiva o Estado para o sujeito, pode-se começar a perceber que nós mesmos somos a fronteira (GODOY, 2016, p. 42).

O reconhecimento do venezuelano como refugiado, já traz uma segurança jurídica, pois, a partir desse pedido há o acesso a vários direitos, inclusive a Interiorização⁵ que é o foco desse capítulo.

Em Boa Vista, a partir de março de 2018 foi criada a Operação Acolhida, que é coordenada pela Força-Tarefa Logística Humanitária, em que reúne as Forças Armadas, 11 ministérios, Casa Civil, agências do Sistema ONU no Brasil e entidades da sociedade civil organizada, onde visa oferecer refeições, abrigo, cuidados em saúde, regularização de documentação para finalmente acontecer a interiorização, que é o deslocamento voluntário dessa pessoa ou família para outras regiões do Brasil.

reduzir o impacto da chegada de refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, permitindo que tenham novas oportunidades [...] identificam locais de acolhida ao redor do país, realizam melhorias estruturais nos abrigos, prestam orientação sobre as cidades de destino, organizam a viagem e o

⁵ Deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima para outros Estados da Federação.

receptivo nos novos destinos, além de conscientizar o setor privado para a absorção da mão de obra refugiada. Especial atenção é dada às mulheres, crianças e grupos mais vulneráveis. Em Boa Vista, as pessoas que aderem voluntariamente à estratégia de interiorização são registradas, documentadas e imunizadas, recebem informações sobre as cidades de destino e materiais informativos sobre o acesso a serviços e assistência à saúde. As pessoas interiorizadas são acompanhadas durante o voo até as cidades de destino (ACNUR, 2019, p. 1).

A interiorização tem funcionado de forma satisfatória à integração dos venezuelanos no Brasil, pois em Roraima as oportunidades são limitadas e a xenofobia é uma realidade. A interiorização dos imigrantes de forma organizada tem possibilitado aos gestores de outras cidades proverem uma inserção satisfatória, os principais apoiadores são prefeituras e organizações não governamentais.

Em grande parte dos atendimentos, essas pessoas já vão com uma oportunidade de emprego garantida, pois, dentro da Operação Acolhida há a busca de emprego assim como a cooperação de muitas indústrias e empresas que contratam imigrantes, o que facilita esse processo de socialização e integração em outra cidade.

Segundo ROCHA (2020, p.54) a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGVDAPP), Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) realizaram um estudo, em 2019, o qual analisaram o impacto da chegada dos venezuelanos em Roraima. Verificou-se um crescimento econômico, demográfico e aumento das exportações e da arrecadação no Estado. Contudo, houve aumento do desemprego e da extrema pobreza no Estado.

Conforme cita ROCHA (2020, p.54), o Estado de Roraima foi na contramão do Brasil, onde a taxa de desemprego entre 2017 e 2019 no Brasil caiu 0,6 pontos percentuais e em Roraima cresceu 6,1 pontos percentuais. E a taxa de extrema pobreza em Roraima chegou a 5,7% em 2018, o que superou a do Brasil de 4,2% em 2019. O relatório final recomendou que as políticas públicas no Estado precisam ser fortalecidas, especialmente a política de interiorização.

Os resultados do estudo têm implicações para as políticas públicas. Primeiro, recomenda-se que há uma necessidade urgente de reforçar o programa de realocação voluntária da Interiorização. O oferecimento de programas de qualificação profissional para a população de refugiados e migrantes melhorará ainda mais sua capacidade de contribuir

economicamente após a realocação. Além disso, o treinamento de autoridades públicas nos municípios anfitriões melhorará bastante a capacidade de gerenciar os fluxos de refugiados imigrantes. Também é recomendado aumentar as redes de proteção social para apoiar a integração social após a realocação (FGV DAPP, 2020, p, 2).

Segundo informações do site da operação acolhida organizado pelo Governo Federal, que identifica o quantitativo de venezuelanos e as cidades que os recebem constam as 369 cidades integrantes da interiorização, em ordem decrescente pelo número de recebimentos de imigrantes temos, Manaus, São Paulo, Dourados, Curitiba e Porto Alegre.

O processo de interiorização tem como iniciativa auxiliar os venezuelanos em vulnerabilidade social a encontrar melhores condições de vida em outros Estados brasileiros. Esses imigrantes que desejam participar do processo de interiorização acolhidos em abrigos ou em casa de passagem, são assistidos até a finalização do processo de interiorização.

Essa iniciativa conta com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da Agência da ONU para as Migrações (OIM), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além da já citada Operação Acolhida do Governo Federal.

Segundo informações do site da Operação Acolhida, o processo de interiorização conta com a participação de várias iniciativas, a OIM que fica responsável pela orientação e informação prévia ao embarque, além de realizar o acompanhamento durante todo o transporte no deslocamento de interiorização. O UNFPA que promove diálogos com as mulheres e a população LGBTI visando o fortalecimento da autoestima. E o PNUD trabalha conscientizando a iniciativa privada (empresas) para a absorção da mão de obra refugiada.

Assim, há a necessidade de se reforçar uma cultura de paz, solidariedade, justiça social e tolerância para com o imigrante, políticas públicas que fortaleçam a integração nacional do estrangeiro e que esses possam ser valorizados, reconhecidos e reforçada a cultura do outro como importante e necessária para a vida em sociedade.

4 FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL: SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ENFRENTAMENTO A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

4.1 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA

A Fundação Fé e Alegria, conforme seu estatuto (2018, p.01), é uma obra de Promoção Social de Educação Popular da Companhia de Jesus que tem suas ações voltadas no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Conforme ALEGRIA (2020, p.10) a Fundação faz parte da Federação Internacional de Fé e Alegria com atuação em 22 países, da América Latina, África e Europa, desde o ano de 1981. No Brasil atua há mais de 40 anos e está presente em 14 Estados brasileiros, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Roraima.

No Brasil suas atividades são voltadas ao fortalecimento da estrutura familiar e o desenvolvimento da autonomia dos assistidos, é oferecido ensino básico e Infantil, cursos profissionalizantes, aulas para alfabetização, esportes, oficinas de arte e cultura, etc.

A missão, visão e valores institucionais da Fundação Fé e Alegria são:

Missão: Impulsionar, a partir das comunidades nas quais trabalha, de forma colaborativa, processos educativos integrais, comprometendo-se com a transformação das pessoas para desenvolver sistemas sociais justos e democráticos.

Visão: Ser uma referência em Educação Popular, inclusiva e de qualidade, trabalhando nas fronteiras de maior exclusão social e incidindo em políticas públicas para construção de sociedades equitativas, solidárias, participativas, livres de violência e que respeitam a diversidade.

Valores: Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; Promoção de uma educação de qualidade e inclusiva; Desenvolvimento da arte e da cultura nos meios populares; Formação para o mundo do trabalho.

Fonte: Relatório anual Fundação Fé e Alegria (2020, p. 12)

Segundo as informações da tabela abaixo a Fundação Fé e Alegria do Brasil, no ano de 2020 prestou 8.731 atendimentos em todas as cidades atendidas pelos serviços da Fundação.

Tabela 1 – Serviços ofertados pela Fundação em todo o Brasil

Movimento de Educação Popular e Promoção Social	
Assistência Social	Atendidos (2020)
Proteção Social Básica	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.143
Projeto Meninas e Meninos Livres	760
Socioaprendizagem	374
Projeto Meios de Vida	124
Proteção Social de Média Complexidade	
Abordagem Social	835
Proteção Social de Alta Complexidade	
Acolhimento Institucional	79
Defesa e Garantia de Direitos	
Casa Dom Luciano Mendes de Almeida	205
Centro Social Liberdade	2.990
Parceria com Serviço Jesuíta aos Migrantes e Refugiados (casas de acolhida)	101
Total no ano de 2020	8.731

Fonte: Relatório anual Fundação Fé e Alegria (2020, p.17).

Observa-se que Roraima só no ano de 2020 o Centro Social Liberdade teve um atendimento expressivo de 2.990 beneficiários atendidos. Isso se deve ao grande fluxo migratório de venezuelanos na cidade de Boa Vista.

Importante destacar, que com a chegada de um ambiente pandêmico ocasionado pela covid-19, onde muitas atividades precisaram ser interrompidas, como as escolas, a Fundação reorganizou suas ações e amparou muitas famílias com a distribuição de cestas básicas, materiais de higiene e etc.

Segue abaixo as ações humanitárias desenvolvidas em todo o país pela Fundação Fé e Alegria no combate a covid-19 no ano de 2020:

Tabela 2 – Ações de combate a covid-19 em todo o Brasil

Itens	Quantidade	Total
Cestas básicas e/ou cartão alimentação	19.392	R\$ 1.772.272,53
Alimentos	68.272	R\$ 561.787,65
Kits–higiene e limpeza	9.360	R\$ 299.525,00
Kits – material escolar	3.329	R\$ 147.345,33
Álcool em gel	2.784	R\$ 30.735,55
Máscaras	19.627	R\$ 103.789,50
Aluguel Social	240	R\$ 177.646,06
Outros auxílios	20.263	R\$ 195.542,37
Total	143.267	R\$ 3.288.643,99

Fonte: Coordenação da Fundação Fé e Alegria em Boa Vista, ano 2021.

Como visto, a Fundação buscou auxiliar as famílias já beneficiária, assim como ampliou o atendimento para aqueles que estavam em dificuldades financeiras imposta pela pandemia da covid-19. Mesmo tendo suas atividades educativas suspensas pelas autoridades públicas, a Fundação buscou alternativas para minimizar os impactos da pandemia, principalmente as pessoas mais vulneráveis que foram as que mais sentiram os impactos do afastamento social e a necessidade de se recolherem em casa.

No próximo capítulo é destacado as ações da Fundação Fé e Alegria no enfrentamento a crise migratória na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

4.2 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA

A Fundação Fé e Alegria, sempre teve suas ações voltadas à população mais vulnerável, sendo referência internacional na área da educação popular. Com a crise migratória de venezuelanos que se instalou no Estado de Roraima, sendo noticiado em jornais nacionais e internacionais, a Fundação assim como muitas ONGs começaram a trabalhar no enfrentamento a crise migratória e iniciou seus trabalhos em Boa Vista em fevereiro de 2018.

A Fundação iniciou seus trabalhos oferecendo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no Centro Social Liberdade, o público atendido são de crianças e adolescentes e seus familiares. Mas com a chegada da Pandemia da covid-19 e a proibição de funcionamento das atividades escolares as atividades foram suspensas, só retornando em fevereiro de 2022.

Nesse período em que as atividades foram suspensas a Fundação ampliou suas ações e começou a desenvolver projetos voltados para a ajuda humanitária.

Desenvolvendo ações humanitárias a Fundação aumentou sua percepção quanto a outros projetos que poderiam desenvolver com o público imigrante. Assim surge o projeto de empreendedorismo com imigrantes, o acolhimento em Casa de Passagem, o projeto Panamazônico com etnias indígenas venezuelanas, além do retorno recente do Centro Social Liberdade.

Percebe-se grande esforço da Fundação para que as famílias beneficiárias dos projetos consigam se restabelecer no Brasil e possam garantir independência financeira, seja por trabalho assalariado ou por atividade laboral empreendedora.

No ano de 2021, a Fundação em Boa Vista, conseguiu desenvolver 7 projetos sociais com o público imigrante, por meio do financiamento privado de empresas parceiras da Fundação como a Rede Xavier, Manos Unidas, ALBOAN, Bastion Life, Rottenburg, INDITEX e ANEAS.

A planilha abaixo descreve as atividades realizadas no ano de 2021 pela Fundação Fé e Alegria em Boa Vista.

Tabela 3 – Atendimentos da Fundação em Boa Vista

Nome da unidade	Serviços/Programa/ Projeto	Beneficiários Diretos			Beneficiários Indiretos		
		Total de inscritos	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Total Integrantes inscritos (grupo familiar)	Gênero Feminino	Gênero Masculino
FYA UNIDADE BOA VISTA	AN - Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	332	259	72	0	0	0
	IN- Ajuda humanitária e integração de migrantes venezuelanos	694	626	65	0	0	0
	RUTT - Ajuda humanitária para crianças, adolescentes e famílias refugiadas	688	574	111	57	23	33
	BL- Assistência humanitária para venezuelanos refugiados e migrantes em Boa Vista	228	199	28	0	0	0
	AL – Cuidado da casa comum	82	16	16	0	0	0
	MU – Projeto para geração de renda a famílias vulneráveis pelo contexto da covid-19 e migratório em Boa Vista	267	224	43	0	0	0
	RX – Ajuda Humanitária para covid-19 Brasil	201	165	36	0	0	0
	TOTAL	2.003	1.643	304	57	23	33

Fonte: Coordenação da Fundação Fé e Alegria em Boa Vista, ano 2021.

Importante destacar que esses projetos são voltados a serviços socioeducativos e de assistência social, alimentação complementar aos usuários e

suas famílias, abrigo, orientação e encaminhamentos para a garantia de direitos, atividades pedagógicas de referência com crianças e adolescentes trabalhando temáticas relacionadas à cidadania, inclusão social, assim como atividades de prática de esportes, recreação, leitura e musicalização. Como observado, a Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista, tem diversificado sua atuação e tem garantido retorno social para os beneficiários imigrantes, assim como a sociedade local.

No próximo capítulo será apresentado o serviço de acolhimento em casa de passagem a famílias venezuelanas em trânsito na cidade de Boa Vista.

4.2.1 INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CASA DE PASSAGEM

A Fundação Fé e Alegria do Brasil fundou em junho de 2021 a Casa de Passagem Pe. José María Vélaz, na cidade de Boa Vista, com o fim de atender o público imigrante que encontra-se em trânsito, em processo de regularização para a interiorização. Conforme o Manual Operativo casa de passagem “José María Vélaz” (2021, p.6) esse acolhimento é oferecido por até 60 dias a cada família beneficiária.

A interiorização requer um tempo de espera que pode variar de 15 dias a 45 dias devido a logística, pois nesse processo há a regularização de documentos, a procura da cidade receptora a partir do perfil da família, busca de emprego, (muitas famílias já viajam com a carta de apresentação).

Importante conhecer o fluxo de chegada dessas famílias na Casa de Passagem, essas famílias são encaminhadas pela Pastoral Universitária ou pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, que trabalham em rede com a Operação Acolhida, do Governo Federal e fazem essa seleção prévia. Em geral, as famílias com crianças e adolescentes ou idosos preenchem o perfil para serem aceitos na casa. Mas antes dessa confirmação de vaga, as famílias passam por entrevista com a assistente social da Fundação, a qual vai orientar as famílias quanto as rotinas e regras de convivência em casa e avaliar se a família está de acordo, estando com as documentações obrigatórias e a assinatura do termo de ingresso é autorizada a entrada da nova família.

Na matrícula de ingresso todos da família são identificados por documentação pessoal obrigatória, cartão de vacina, comprovante de processo de interiorização e a

assinatura de termo de ingresso, termo de cessão e autorização de uso da imagem, voz e informações. As famílias são orientadas quanto a necessidade de cumprimento das regras da casa, assim como recebem orientação quanto as penalidades em caso de descumprimento.

Esse acolhimento em Casa de Passagem é de suma importância para dar suporte a essas famílias que se encontram em situação de rua e aguardam o processo de interiorização. O deslocamento dessas famílias pode ser terrestre por ônibus interestadual ou aéreo por avião de vôo comercial, o mais comum devido a distância das cidades receptoras, como os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Como dito, os beneficiários da Casa de Passagem são assistidos pela Operação Acolhida ou ONGs e esses ficam responsáveis pela retirada das famílias do abrigo e levá-los em segurança até a cidade destino.

A casa de passagem tem como objetivo, oferecer um espaço de acolhimento e respeito à dignidade humana, viabilizando a reinserção na realidade e na cultura brasileira. Dentro da casa de passagem é reforçado com as famílias a necessidade do cuidado e proteção às crianças segundo as leis brasileiras previstas no ECA, os pais tem a obrigação de proteger, cuidar, manter as crianças na escola, etc.

A casa de passagem tem a estrutura física de uma residência com terreno murado e arborizado, dividida em cinco quartos mobiliados com armário, cama e beliche, com capacidade para até 5 pessoas cada quarto, quatro banheiros, cozinha equipada com duas geladeiras, fogão industrial, liquidificador e utensílios domésticos, refeitório com mesas e cadeiras de plástico brancas, dispensa abastecida todas as semanas, lavanderia com duas máquinas de lavar roupas e dois tanques de lavar roupas, sala de brinquedoteca, espaço de TV e a sala da administração com uma mesa, armários arquivo, sofá, a casa área coberta em formato "c". A casa possui vários espaços de convivência comum, já os quartos, são unifamiliar e reservado a cada família.

As famílias que entram na casa de passagem assinam termo de compromisso e se comprometem em seguir as regras de convivência, assim como participar de todas as atividades desenvolvidas na casa. Em caso de transgressões, a administração da casa juntamente com a coordenação da Fundação, avalia a

gravidade e é determinada uma penalidade, que pode ser uma advertência verbal, escrita ou a suspensão do benefício.

Segundo as regras da casa todas as atividades domésticas, como limpeza e organização da casa, preparação de alimentos acontecem seguindo uma escala de atividades onde cada família fica responsável por um dia e vão revezando entre as famílias, já os quartos e banheiros cada família deve dar manutenção no seu espaço, assim como as roupas pessoais e de cama que precisam ser lavadas ficam a cargo de cada família respectivamente, sendo organizada o uso da lavanderia também em escala por dia.

As refeições são realizadas em conjunto com todos os beneficiários no refeitório, em horários determinado em cronograma fixo (com 5 refeições diárias). Já o cardápio é criado pela administração da casa podendo sofrer alterações quando autorizado. Apenas para os bebês quando possuem dieta diferenciada, que fica a cargo do genitor prepará-la.

A casa de passagem possui em seu cronograma várias atividades obrigatórias como as aulas de português para adolescentes e adultos, que é realizada todas as segundas-feira e quartas-feira, a partir de um convênio de cooperação com a UFRR, palestras educativas de vários assuntos relevantes como saúde, previdência, leis brasileiras como o ECA, violência doméstica e familiar, empreendedorismo, etc.

As crianças por sua vez, são incentivadas a participarem de atividades educativas como de pintura, desenho, recorte e colagem, leitura de livros e revistas em português, o que favorece o contato com a língua portuguesa.

A prestação do serviço de acolhimento se encerra de duas formas, a primeira e mais comum se dá pela viagem de interiorização da família e a menos comum, ocorre pelo desligamento por motivos de descumprimento das regras de convivência na Casa de Passagem, onde a família é desligada.

A rotatividade da casa é constante, com a saída de uma família interiorizada, em poucos dias outra família já vem para ocupar a vaga. A casa sempre encontra-se cheia.

Em menos de um ano de atividades a casa recebeu no ano de 2021 um público de 131 pessoas beneficiárias. Vejamos a planilha a seguir:

Tabela 4 – Público atendido em Casa de Passagem no ano de 2021

	0 a 5 anos	6 a 12 anos	13 a 18 anos	18 a 65 anos	Maiores de 65 anos	Total
Masculino	12	10	7	35	1	65
Feminino	6	15	3	40	2	66
TOTAL	18	25	10	75	3	131

Fonte: Administração da casa de passagem Pe.José María Vélaz(março de 2022).

Com a demonstração dos dados acima, fica evidente a real necessidade da oferta de projetos para atendimento dessa demanda, a Operação Acolhida diante do constante atendimento não tem prazo determinado para finalizar os trabalhos e a Fundação ao oferecer esse projeto pioneiro na Assitência Social de Alta Complexidade tem contribuído sobremaneira para amenizar o sofrimento dessas famílias que buscam uma nova oportunidade de vida.

Por conseguinte, os profissionais do serviço social da Fundação buscam atualizar-se em cursos de formação voltados para as exigências contemporâneas e para o exercício profissional que fortaleçam a categoria em suas competências e atribuições, principalmente voltadas às questões migratórias.

No exercício profissional as Assistentes Sociais sempre se tem como parâmetro a conduta de observância ao Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação e Diretrizes Curriculares, visto que elas dão concretude ao projeto profissional. As resoluções do CRESS E CFESS também são observados no exercício profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como foco o acolhimento em casa de passagem dispensado aos venezuelanos em processo de interiorização, onde o objetivo geral pautou-se em discutir as expressões da questão social no processo de imigração

venezuelana e as ações desenvolvidas pela Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista para mitigar essa realidade.

Importante destacar as dificuldades e impasses encontrados no processo de construção deste trabalho de conclusão de curso, a escassa bibliografia na área de Serviço Social que abordasse a imigração venezuelana como um reflexo das expressões da questão social dificultou o processo de pesquisa bibliográfica.

Neste trabalho não se teve a intenção de esgotar o tema, buscou-se abrir discussão para um olhar para a imigração venezuelana, assim como contribuir com material para os próximos pesquisadores que irão abordar esse tema. Como sugestão de possíveis temas, cito a interiorização majoritariamente masculina em detrimento das mulheres; O abandono de mulheres migrantes que são deixadas para trás por seus companheiros; A violência doméstica contra a mulher no contexto de abrigos; A mulher migrante e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal; A prostituição de mulheres migrantes nas ruas de Boa Vista, etc. Como exemplificado, há um campo vasto de estudo que os profissionais do Serviço Social podem começar a refletir, abordar e propor intervenções.

Como proposto, a realização desse trabalho teve a pesquisa *in loco*, na Fundação Fé e Alegria do Brasil em Boa Vista, nessa fase da pesquisa não teve dificuldades, pois a instituição permitiu a realização do estudo para a coleta dos dados e auxiliou no fornecimento de informações. Diante do curto tempo para conclusão desta pesquisa e a impossibilidade de se conseguir um parecer do Comitê de Ética para pesquisas com seres humanos, como prevê a Resolução nº 466/2012, do CNS, não foram aplicadas entrevista com os beneficiários/usuários dos projetos como previsto no pré-projeto de pesquisa, no entanto, não prejudicou a conclusão do trabalho.

A problemática deste estudo discute a imigração de venezuelanos ao Brasil, em especial à cidade de Boa Vista, que trouxe impactos negativos na oferta de serviços públicos como saúde, educação, segurança, moradia, emprego, etc., o sistema público não comportou o crescimento demográfico migratório, gerando insatisfação e xenofobia para com os imigrantes.

Os objetivos específicos desdobraram-se em discutir a imigração venezuelana e suas expressões da questão social ; Verificar o alcance das políticas

públicas e as ações das ONG's aos imigrantes venezuelanos; Conhecer o trabalho desenvolvido pela Fundação Fé e Alegria do Brasil com o público migrante venezuelano na cidade de Boa Vista-RR, especialmente o projeto de acolhimento em Casa de Passagem.

Obteve-se como resposta a esse objetivo, que o Governo Federal com o auxílio da ACNUR e outras ONG's implantaram a Operação Acolhida que busca a interiorização de venezuelanos como forma de minimizar os impactos negativos da imigração na cidade de Boa Vista. A Fundação Fé e Alegria do Brasil como parceira dessa operação oferece abrigo em Casa de Passagem Pe. José María Vélaz a famílias (com crianças e/ou adolescentes), ofertando moradia, acesso a alimentação, material de higiene, atividades recreativas e culturais, aulas de português, atividades de fortalecimento de vínculos, auxílio do Serviço Social para informações e encaminhamentos para acesso a direitos.

Ao final deste trabalho, conclui-se que o Serviço Social como profissão encontra-se desafiado a apreender as variadas expressões da questão social fruto da lógica capitalista e suas consequências que se lançam nas políticas sociais causando o seu desmonte no que tange os sistemas de proteção social como a saúde, a previdência e assistência social.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-milvenezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 21 set. 2021.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília, 2018.

ALEGRIA, Fundação Fé e. Relatório Anual 2020. São Paulo, 2020.

ALVES, Isabel Pérez. **O Fluxo Migratório Venezuelano para o Brasil com uma questão Amazônica**. In: BAENINGER, Rosana e SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). Migrações Venezuelanas. Campinas: Editora: NEPO, 2018.

BAENINGER, Rosana e Silva; SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora: NEPO, 2018.

BERNARDON, A.C. **População refugiada reassentada no rio grande do sul: histórias de saudades e resistência**. Porto Alegre: PUC/RS, 2009.

BRASIL. Ministério da cidadania. **Fluxo Migratório: Aprendizados trazidos à Política de Assistência Social**. Brasília, 2019.

BRASIL. Operação Acolhida. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em: 20 julho. 2021. 10:30.

CASTELO, R. **A questão social nas obras de Marx e Engels**. Revista praia vermelha, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, jan-jun. 2010.

CEPAL. **Panorama social da América Latina**. 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHALCOSKI, Silvana Moreira Ribeiro. **A pesquisa no processo de formação profissional do assistente social: O grupo de estudo e pesquisa - Trabalho, Formação e Sociabilidade – GETFS**. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação para o título de bacharel em Serviço Social. Uninter. Curitiba. 2018.

COSTA, Emily. **Ocupações crescem e mais de 1,3 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em Roraima**. G1 Roraima. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/28/ocupacoes-crescem-e-mais-de-13-mil-venezuelanos-vivem-em-predios-abandonados-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 06 dez. 2021.

COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. **A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. SILVA, M.O.S. (Org.). Sistema Único de Assistência Social No Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2017.

FERREIRA, Amanda Miranda. **A Importância da Teoria Social de Marx para o Serviço Social Pós Reconceituado**. Disponível em: <http://www.gserms.ufma.br/conferencia/anais/PDF/aimportanciadateoriasocialdemarxparaoserviosocialposreconceituado.pdf> (ufma.br). Acesso em: 14 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GODOY. G.G. **Direitos humanos e direito internacional dos refugiados**. In: GEDIEL. J. A.P; GODOY. G.G (Org). Refúgio e hospitalidade. Curitiba, 2016, p.39-65.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de janeiro: Guanabara, 1936.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

JARDIM, Denise. **Migrantes ou Refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra; LOPES, Fernanda de Magalhães; OLIVEIRA, Rachel In (Org.) **Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos**. Roraima. EDUFRR, 2018.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J.M de e SVIERCOSKI, V. **O Sabor do saber científico: TCC no Serviço Social**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, A.T.R. **Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

PITA, A. C. **Direitos humanos e direito internacional dos refugiados**. In: GEDIEL. J. A.P; GODOY. G.G (Org). Refúgio e hospitalidade. Curitiba: Kairós, 2016. p.5-16.

PRODANOV, Cleber Cristiano e. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. **O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio: os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus**. Dissertação (Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. p. 187. 2020.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Entre a Acolhida e o Rechaço: Breves Notas sobre a Violência e os Paradoxos da Migração Venezuelana no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana e SILVA, João Carlos Jaronchinsk (Org.). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO, 2018.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e Organização do projeto de Pesquisa: GUIA PRÁTICO**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET. Fortaleza CE, 2004.

UNICEF. **Crise Migratória Venezuelana no Brasil**. Disponível em: www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil . Acesso em: 06 dez. 2021.

APÊNDICE A – ATA DE INGRESSO EM CASA DE PASSAGEM



CASA DE PASSAGEM "José María Vélaz"



En el día de hoy, ____/____/_____, ingresa en las instalaciones de la Casa de Passagem “ José María Vélaz” una familia integrada por el total de _____, miembros cuyo responsable se identifica como _____, com documento de identidad _____, todos em condición de tránsito em la ciudad de Boa Vista com destino a _____, em un proceso de interiorización a cargo de _____. En este mismo acto se chequearon los documentos de las Normas de Convivencia Casa de Passagem “ José María Vélaz” y se entregó un trítico contentivo de información básica para el funcionamiento de la casa de paso. Seguidamente se dió un recorrido por la casa para dar a conocer los servicios que prestamos, las formas de funcionamiento de los equipos, así como las orientaciones generales para la sana convivencia y el mantenimiento y preservación de los espacios y equipos para uso de futuros beneficiarios. En este mismo acto de ingreso se indicó el lugar donde reposará el Manual Operativo de la casa de paso a fin de que puedan consultar cuando lo dessen y se explicó la forma de desarrollar el día a día, haciendo énfasis em el papel protagónico que deben asumir para la realización de las tareas necesarias que garantizan el adecuado funcionamiento de la casa de paso; em este sentido se indicó donde podrán consultar la Rutina de Actividades.

Y yo, _____, em mi condición de responsable de la familia acogida nro. _____, declaro que estoy informado y consciente de todas las informaciones que constan em esta acta de la Casa de Paso “Pe. José María Vélaz” y em señal de conformidad, estampo mi firma em el día de hoy, ____/____/_____.

Por la casa de passagem: _____

Firma de la administradora
Casa de Passagem JMV

APÊNDICE B – ATA DE SAÍDA DE CASA DE PASSAGEM



CASA DEPASSAGEM "José María Vélaz"



Por medio de la presente, yo, _____,
Documento de Identidad nro. _____, declaro que en el día de hoy estoy
egresando de la Casa de Passagem José María Vélaz por motivo de:

- Interiorización efectiva
- Cumplimiento del término máximo de estadía (2 meses= 60 días)
- Incursión en alguna de las causales de pérdida del beneficio establecido en las normas de convivencia.
- Manifestación de voluntad de ingreso por motivo de

Así lo digo y firmo en la ciudad de Boa Vista a los ____ días del mes _____ del ano _____.

Firma del beneficiario Punto Focal

Firma de la Asistente Social FEyA

Firma de la administradora
Casa de Passagem JMV

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONCORDÂNCIA DO SERVIÇO ENVOLVIDO



TERMO DE CONCORDÂNCIA DO SERVIÇO ENVOLVIDO

Prezado Coordenador,

Declaramos que nós da Fundação Fé e Alegria do Brasil- Unidade Boa Vista-RR, estamos de acordo com a condução do projeto Trabalho de Conclusão de Curso “**O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO VENEZUELANA**” sob a responsabilidade de ANA LILIAN MAIA COSTA, nas nossas dependências da Casa de Passagem Pe. José María Vélaz, localizada na Rua Walmir Pereira da Rocha, 528 – Caranã na cidade de Boa Vista-RR.

Estamos cientes que os sujeitos de pesquisa serão os funcionários, beneficiários e documentos oficiais e que o presente trabalho deve seguir as normas da resolução 466/12 do CNS e complementares.

Sendo o que se apresenta aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Boa Vista, 13 de abril de 2022.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jose Alberto Romero Blanco', is written over a horizontal line.

Jose Alberto Romero Blanco
Coordenador Fundação Fé e Alegria em Boa Vista-RR



www.fealegria.org.br
Fundação Fé e Alegria do Brasil | Sede Nacional
Av. Paulista, 2300 – 17º andar | conj. 172 – Sala 01 | Bela Vista | CEP: 01310-300
São Paulo/SP – Brasil | Tel.: +55 (11) 3956-6400

Ignatius

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, **SILVANY MARIA DA SILVA** (Gestora da Casa de Passagem Pe. José María Velaz), declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO VENEZUELANA** desenvolvida por ANA LILIAN MAIA COSTA. Fui informada ainda, de que a pesquisa é orientada pela Professora Silvana Moreira Ribeiro Chalcoski, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº (95) 98121-8383 ou e-mail analilianrr@yahoo.com.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é um trabalho de conclusão de curso para o título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário UNITER.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de fornecimento de informações por meio de entrevista aberta a ser registrada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Boa Vista, 13 de abril de 2022.

Assinatura do (a) participante: Silvany Maria da Silva
Silvany Maria da Silva – Gestora da Casa de Passagem Pe. José María Velaz

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): Ana Lilian Maia Costa

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Endereço: Rua Treze de Maio, 538 – São Francisco – Curitiba/PR – 80510-030
Telefone: (41) 3311-5926
Email: etica@uninter.com

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, **SILVIA FRANCINETH TAVARES NASCIMENTO (Assistente Social da Fundação Fé e Alegria do Brasil)**, declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE PASSAGEM NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL EM BOA VISTA NO ENFRENTAMENTO À MIGRAÇÃO VENEZUELANA** desenvolvida por ANA LILIAN MAIA COSTA. Fui informada ainda, de que a pesquisa é orientada pela Professora Silvana Moreira Ribeiro Chalcoski, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº (95) 98121-8383 ou e-mail analilianrr@yahoo.com.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é um trabalho de conclusão de curso para o título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário UNITER.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de fornecimento de informações por meio de entrevista aberta a ser registrada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Boa Vista, 13 de abril de 2022.

Assinatura do (a) participante:

Silvia Nascimento
Assistente Social
CRESS 1195/27.ª Região-RR
Fundação Fé e Alegria do Brasil-RR

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a):

Ana Lilian Maia Costa

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

Endereço: Rua Treze de Maio, 538 – São Francisco – Curitiba/PR – 80510-030
Telefone: (41) 3311-5926
Email: etica@uninter.com